

# REGRESSO DA GUERRA NO MÉDIO ORIENTE? CONFLITO PROLONGADO, (DES)ORDEM GLOBAL E INSEGURANÇA ONTOLÓGICA NA ERA DA POLARIZAÇÃO'

Joana Ricarte

## INTRODUÇÃO

O chamado conflito israelo-palestiniano é há muito classificado como um conflito prolongado pela literatura científica na área das Relações Internacionais, tendo pelo menos 75 anos de existência. Alternando entre momentos de guerra – frequentemente envolvendo diversos atores regionais – e normalização, com impacto assimétrico nas relações sociais, políticas e económicas para o povo palestino, a viragem para o século XXI ficou marcada por um longo período de estabilização que pode ser caracterizado como nem de guerra, nem de paz<sup>2</sup>. A fadiga gerada por décadas de conflitualidade, somadas ao fim da Guerra Fria e à conseqüente derrocada da ordem internacional bipolar, que culminou numa rearticulação da arquitetura internacional de paz e num processo de paz falhado na década de 1990, levou a uma relativa contenção deste conflito às fronteiras de Israel e territórios ocupados. Este contexto de aparente normalização, acompanhado de uma tendência de análise episódica, tende a obscurecer o sempre existente conflito latente, cujas manifestações de violência direta podem ser explicadas a partir de um olhar sobre décadas de violência cultural numa era de polarização e de desordem global.

Argumenta-se que o recente episódio de escalada bélica com contornos regionais deve ser explicado à luz da história e de décadas, se não mesmo séculos, de experiências e narrativas de trauma intergeracional de perseguição,

## RESUMO

O ataque do Hamas contra Israel a 7 de outubro de 2023 e as ações subsequentes, incluindo a guerra sem fim à vista na Faixa de Gaza, trouxeram de volta o receio do regresso da guerra no Médio Oriente. Contudo, o chamado conflito israelo-palestiniano é há muito classificado como um conflito prolongado, tendo pelo menos 75 anos de existência, evidência de que a ausência de guerra não é necessariamente sinónimo de paz. Face à crescente desordem global, a insegurança ontológica e a polarização são elementos-chave para explicar os acontecimentos recentes e a sua compreensão abre caminhos para a transformação do conflito.

*Palavras-chave:* guerra em Gaza 2023, identidade, desumanização, Israel e Palestina.

## ABSTRACT

THE RETURN OF WAR TO THE MIDDLE EAST? PROTRACTED CONFLICT, GLOBAL (DIS)ORDER AND ONTOLOGICAL INSECURITY IN THE AGE OF POLARIZATION



**H**amas's attack on Israel on 7 October 2023, and the subsequent actions, including the open-ended war in the Gaza Strip, have raised fears of a return to war in the Middle East. However, the so-called Israeli-Palestinian conflict has long been classified as a protracted conflict that is at least 75 years old, proving that the absence of war is not necessarily a synonym for peace. In the face of the increasing global disorder, ontological insecurity and polarization are key elements in explaining the recent events and understanding these dynamics is a pathway to conflict transformation.

*Keywords:* 2023 Gaza war, identity, dehumanization, Israel and Palestine.

extermínio e desumanização, que moldam a construção das identidades coletivas em conflito e, sobretudo, as representações do «outro»<sup>3</sup>. As abordagens episódicas reduzem o campo de visão e não permitem a compreensão dos processos sociais, culturais e políticos que levam a um sentimento profundo de insegurança ontológica, fortemente mobilizado por elites políticas em discursos e narrativas de ameaça existencial, num processo de securitização das identidades que serve de motor e combustível para a aceitação de manifestações de violência direta, tornando-se numa justificação moral, intelectual e cognitiva para a desumanização do «outro» e o aprofundamento do ciclo de conflitualidade. A partir deste enquadramento, e através de uma análise de discursos proferidos por elites políticas durante o primeiro ano da guerra em Gaza, conclui-se que a regionalização e até

mesmo a globalização do conflito – expressa no seu impacto na atual (des)ordem global – está sustentada na construção de narrativas de guerra existencial e na mobilização do potencial de polarização associado às memórias traumáticas e à insegurança ontológica historicamente presente no âmbito deste dito conflito.

O artigo divide-se em cinco secções, incluindo a presente introdução. Inicialmente, faz-se uma contextualização da história contemporânea da Palestina, de forma a explicar as raízes históricas e dinâmicas psicossociais que culminaram no ataque terrorista perpetrado pelo Hamas a 7 de outubro de 2023 e subsequente guerra de Israel contra a Faixa de Gaza. De seguida, abordam-se os conceitos de conflito prolongado e insegurança ontológica, focando na dimensão identitária do conflito e na importância de se compreender estas dinâmicas para se perceber como se sustenta a desumanização do «outro» e a aceitação societal de uma guerra tão devastadora e desumana. De seguida, faz-se uma análise empírica das narrativas associadas a este conflito no último ano, mostrando como a era da polarização impacta a radicalização dos dois lados e contribui para a desordem global. A conclusão aponta para a necessidade de se evitar o simplismo das abordagens episódicas e do olhar míope para a história como caminho para a compreensão das dinâmicas profundas que levam aos conflitos, permitindo encontrar pistas no sentido da sua superação.

## **RAÍZES HISTÓRICAS DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO: PERTENÇA, IDENTIDADE E (CO)EXISTÊNCIA**

Há diversas formas de contar a história do que chamamos hoje de conflito israelo-palestiniano. A narrativa oficial do Estado de Israel remonta ao êxodo do Egito, que aconteceu há mais de dois mil anos, como marco mnemónico para a constituição de

uma identidade nacional judaica com pretensões sobre a região do Médio Oriente que designamos hoje de Israel e Palestina<sup>4</sup>. Há quem considere que o conflito se inicia com a fundação do Movimento Sionista no fim do século XIX<sup>5</sup>, ou que deriva da queda do Império Turco-Otomano no fim da Primeira Guerra Mundial e subsequente estabelecimento do Mandato Britânico da Palestina<sup>6</sup>. Talvez a leitura mais amplamente aceite seja a daqueles que olham para a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, que dividiu a terra em dois Estados, um judeu e outro genericamente definido como árabe, como divisor de águas que corresponde ao início da configuração de forças e relacionamentos atual da região<sup>7</sup>. Independentemente do ponto de partida escolhido, é hoje praticamente consensual entre os estudiosos do Médio Oriente que as raízes históricas da disputa entre israelitas e palestinianos remontam há pelo menos setenta e cinco anos, sendo o conflito internacional mais persistente desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A história do conflito israelo-palestiniano pode ser compreendida à luz da construção e evolução do sistema internacional contemporâneo, baseado na formação e consolidação dos Estados-Nação modernos. Como já argumentei noutro lugar, os marcos históricos das relações internacionais no século XX são úteis para se compreender as mudanças e fases deste conflito, observando a sua ligação com momentos de continuidade e rutura nas relações domésticas<sup>8</sup>. Embora a definição de um ponto de partida seja sempre uma construção artificial e seletiva, o exercício intelectual de organizar os acontecimentos passados em narrativas coerentes é essencial para desenvolver uma genealogia dos fenómenos sociais. Enquanto método de produção historiográfica, a genealogia visa estudar as origens de um conceito ou processo de forma contextualizada para determinar as condições que permitem que certos discursos, práticas e normas se tornem possíveis num período específico<sup>9</sup>. O exercício académico de olhar para trás na história para compreender este conflito não pretende ser um julgamento ou um revisionismo teleológico dos acontecimentos.

Pelo contrário, importa compreender os meios através dos quais se operou a própria construção das identidades e como estas se tornaram mutuamente dependentes desde o início da sua constituição. Esta interdependência foi fortemente baseada

IMPORTA COMPREENDER OS MEIOS ATRAVÉS DOS QUAIS SE OPEROU A PRÓPRIA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E COMO ESTAS SE TORNARAM MUTUAMENTE DEPENDENTES DESDE O INÍCIO DA SUA CONSTITUIÇÃO.

na afirmação do «eu» a partir da negação do «outro», num contexto de construção identitária em que a noção de pertença e reivindicações de existência passavam invariavelmente por negar, apagar ou deslegitimar as pretensões concorrentes do «outro». Antes de mais, é essencial sublinhar que todas as identidades são construções sociais. De acordo com Anthony D. Smith, as identidades são produto de memórias e valores partilhados, mitos e histórias coletivos, tradição e projetos em comum<sup>10</sup>. Mas as identidades não são apenas um conjunto de características semelhantes que unem um grupo.

As identidades são inerentemente construídas na definição imaginária das fronteiras entre o «eu» e o «outro». Isto significa que as identidades são inevitavelmente relacionais, bem como contingentes ao tempo e ao espaço. São uma forma fluida de organização psicológica e social que são constantemente reconstruídas e remodeladas de acordo com as experiências de vida, a idade, as relações e as interações, os locais de residência, etc. Mais importante ainda, não existe uma identidade singular, essencializada ou fixa, com a qual os indivíduos se possam reconhecer. Todos nós podemos ser simultaneamente nacionais de um ou mais países, membros de uma comunidade religiosa, de um grupo étnico ou cultural, profissionais de uma área de trabalho específica, filhas ou filhos, talvez até pais ou mães. Isto significa que as identidades são sempre múltiplas, sobrepostas, multifacetadas – e podem mudar. O potencial de transformação de conflitos em conflitos prolongados reside precisamente nesta noção, sendo então essencial compreender os processos históricos que contribuíram para a construção do ciclo de violência para poder romper com este.

Do ponto de vista do que são os primórdios das interações entre as duas sociedades, a Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917 constitui-se num documento central que inaugura oficialmente o que viria a ser uma contenda de base territorial, mas, também, identitária, pelo direito à existência de um povo e reconhecimento internacional da salvaguarda deste direito através da autodeterminação e constituição de um Estado-Nação soberano. Foi com a criação da Sociedade das Nações e o estabelecimento do Mandato Britânico na zona da Palestina histórica, no seguimento do vácuo de governação e poder associado à queda do Império Turco-Otomano, que o lóbi judaico na Inglaterra procurou o governo de Sua Majestade, o Rei, para assegurar que o futuro da região levaria em conta as pretensões de assentamento do movimento judaico. A Declaração Balfour reconhece o favorecimento do Governo britânico da solução de construção de um Estado judeu na altura da dissolução do mandato<sup>11</sup>, levando a uma série de reações ao nível da sociedade civil palestina, na altura ainda percecionada pelas potências internacionais como pertencendo genericamente ao todo árabe.

Esta tendência de apagamento da existência de um grupo identitário em formação e dos seus anseios de independência nacional<sup>12</sup>, que se inaugurou com o slogan atribuído ao Movimento Sionista «uma terra sem povo para um povo sem terra»<sup>13</sup>, ganhou expressão em diversas ações intervencionistas internacionais subsequentes até próximo da década de 1980, desencadeando uma guerra civil no período entre 1920 e 1939<sup>14</sup>. Tanto a identidade nacional israelita quanto a palestina tomaram forma e consolidaram-se neste contexto. A primeira fortemente baseada na noção do apagamento e da ausência do «outro» como forma de legitimação da existência e pertença do «eu», assim como das suas reivindicações sobre o território e retórica excludente. A segunda como um movimento de resistência e oposição a um «outro» que passa a ser representado como invasor e ocupante e que, portanto, deve ser expulso e eliminado. Estas representações do «outro» como um inimigo a combater ou fazer desaparecer, que passam a ser dese-

nhadas de parte a parte desde então<sup>15</sup>, levam a que a interdependência negativa entre as identidades em conflito se torne numa característica central de manutenção da conflitualidade e de aceitação da violência contra o «outro».

Tendo ganhado expressão no período entreguerras, este contexto modificou-se drasticamente com o Holocausto e uma intensificação do movimento migratório de judeus em todo o mundo, tendo milhares partido em fuga da Europa como refugiados, inclusive em direção à Palestina. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), a onda de descolonizações e o pedido da Grã-Bretanha de que o Mandato terminasse, intensificou-se e consolidou-se a ideia de que a solução para o chamado «problema judaico» passaria pela construção de um Estado nacional que pudesse

AS REPRESENTAÇÕES DO «OUTRO»  
COMO UM INIMIGO A COMBATER OU FAZER  
DESAPARECER LEVAM A QUE A INTERDEPENDÊNCIA  
NEGATIVA ENTRE AS IDENTIDADES EM CONFLITO SE  
TORNE NUMA CARACTERÍSTICA CENTRAL  
DE MANUTENÇÃO DA CONFLITUALIDADE  
E DE ACEITAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA O «OUTRO».

dar garantias de proteção e salvaguarda deste povo no âmbito dos princípios de autodeterminação e soberania territorial. A decisão da Assembleia Geral na sua Segunda Sessão Especial, a 29 de novembro de 1947, de aprovar o Plano de Partilha contribuiu fortemente para a atual e inevitável interdependência destas duas identidades nacionais desde então, levando a décadas de contestação, disputa e violência envolvendo não apenas israelitas mas, também, os seus vizinhos árabes divididos em diversos Estados-Nação também recém-criados, dando oficialmente início a um conflito de carácter regional que, posteriormente, se tornaria mais e mais contido na relação entre o Estado de Israel e os Territórios Palestínianos Ocupados.

Nos últimos setenta e cinco anos, israelitas e palestinianos viveram períodos de normalização do conflito interrompidos por momentos de escalada em que a violência direta e os episódios de guerra se tornaram a norma<sup>16</sup>. Estes períodos marcaram também a construção sucessiva de novas memórias traumáticas e de ressentimentos que informaram e transformaram continuamente as narrativas sobre si e as representações feitas sobre o «outro»<sup>17</sup>. Consequência de um conflito profundamente assimétrico<sup>18</sup>, a normalização da disputa teve também efeitos desproporcionais em cada população. Por um lado, o Estado de Israel iniciou um processo de estabilização e normalização das relações com os países circundantes na década de 1970, após a Guerra dos Seis Dias e em troca da devolução de território capturado a estes países. Isto levou a uma onda de reconhecimento generalizado do seu direito de existência, que também foi institucionalizado na posição política da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no rescaldo da Primeira Intifada, durante o período dos Acordos de Oslo na década de 1990<sup>19</sup>. Por outro lado, a identidade palestiniana também se tornou indubitavelmente reconhecida internacionalmente<sup>20</sup>, mas nunca concretizou a sua aspiração à autodeterminação expressa na criação de um Estado-Nação.

Embora de formas muito diferentes, e em diferentes geografias e cronologias, tanto os judeus israelitas como os palestinos têm partilhado experiências de exílio, receio de extermínio e desapropriação, materializadas num contexto que se tornou o de uma pátria disputada<sup>21</sup> na qual se luta pela (co)existência. Estas questões ultrapassaram a noção de perda material, impactando, como discutiremos na próxima secção, importantes dimensões psicológicas relacionadas com as ideias de (não) pertença, (des)estabilidade e (in)segurança<sup>22</sup>. Não é objetivo deste artigo escrever a história interligada e inevitavelmente partilhada de Israel e da Palestina, uma vez que isso já foi feito em muitos outros e excelentes trabalhos<sup>23</sup>. No entanto, para historicizar este conflito prolongado, é importante notar que o fracasso dos Acordos de Oslo e a onda de radicalização política e social que se seguiu em ambos os lados levaram à construção de uma longa era em que não havia guerra, mas, também, não se podia falar em paz<sup>24</sup>, após a Segunda Intifada no início do século XXI. Este período foi marcado pela violência e ações terroristas sob a bandeira da resistência à ocupação, mas, igualmente, pela construção do muro de separação (também conhecido como muro do *apartheid*) e de *checkpoints*; pelas detenções arbitrárias na Cisjordânia, incluindo de menores; pela eleição do Hamas para a Autoridade Palestiniana em 2006; e pelos dezassete anos de cerco à Faixa de Gaza que se seguiram e culminaram nos acontecimentos de 7 de outubro de 2023. Todavia, mais importante, foi também marcado pelo descrédito do processo de paz, pelo aumento da distância efetiva e do distanciamento social entre os dois povos e por um longo período de negligência e esquecimento da causa palestiniana a nível internacional. Todo este contexto contribuiu para a radicalização de ambas as populações, refletida nas suas lideranças políticas e militares. Como veremos na próxima secção, contribuiu também para que uma população sem esperança viesse a aceitar cada vez mais a noção de resistência armada como a única forma de alcançar a libertação nacional, a igualdade de direitos e a justiça social, e, em contrapartida, para que o sentimento de ameaça existencial percebido do outro lado levasse a um isolamento crescente do «outro» e a uma desconexão psíquica da relação empática que contribuiu para o exercício da violência sem restrições morais.

### **CONFLITO PROLONGADO, INSEGURANÇA ONTOLÓGICA E DESUMANIZAÇÃO**

A situação vivida em Israel e na Palestina há muito que é classificada pela literatura científica como um conflito prolongado que, segundo Edward Azar, são aqueles que se baseiam

OS CONFLITOS PROLONGADOS SÃO TAMBÉM CONHECIDOS COMO CONFLITOS DE BASE IDENTITÁRIA, O QUE SIGNIFICA QUE ESTÃO FORTEMENTE LIGADOS TANTO À CONSTRUÇÃO DO «EU» COMO ÀS REPRESENTAÇÕES DO «OUTRO».

na negação de necessidades humanas básicas, como segurança, reconhecimento, legitimidade e pertença<sup>25</sup>. Os conflitos prolongados são também conhecidos como conflitos de base identitária, o que significa que estão fortemente ligados tanto à construção do «eu» como às representações do «outro».

Como já dito na secção anterior, a identidade é um processo duplo que se relaciona, por um lado, com as formas como se constrói a pertença a um grupo e, por outro,

como se forma o distanciamento de outro. A primeira pode ser considerada a dimensão positiva da construção da identidade, sendo as definições de «quem somos», enquanto a segunda corresponde à dimensão negativa da construção da identidade, representando «o que não somos»<sup>26</sup>. No caso de Israel e da Palestina, como habitualmente em contextos de conflitos intergeracionais, ambas as identidades nacionais foram construídas fortemente em oposição ao «outro» e aos seus anseios mutuamente competitivos entre si, sendo a dimensão negativa da construção da identidade mais proeminente na elaboração simbólica do «eu», criando um processo a que Herbert C. Kelman chama de interdependência negativa entre identidades<sup>27</sup>. Esta interdependência negativa assenta numa necessidade histórica de negar a existência do «outro» como forma de reconhecimento e legitimação do «eu» – um paradigma de construção identitária neste conflito que tem vindo a funcionar desde os primeiros encontros entre estes dois projetos identitários nacionais<sup>28</sup>.

Vários estudos têm-se debruçado sobre o profundo sentimento de insegurança ontológica que permeia o conflito israelo-palestiniano, seja na perspetiva do trauma duradouro de perseguição e extermínio que marca a identidade judaica desde antes da criação do Estado de Israel<sup>29</sup>, da relação entre a memória do Holocausto e o conflito<sup>30</sup>, da luta pelo reconhecimento da identidade palestina no meio de discursos de terra vazia e inexistência<sup>31</sup>, e das profundas ansiedades ligadas à perspetiva de paz, que implicaria inevitavelmente a transformação destas representações solidificadas do «outro» e, sobretudo, do «eu»<sup>32</sup>. Da mesma forma, o conceito de desumanização tem sido amplamente estudado no caso de Israel e da Palestina, sendo uma das principais explicações psicossociais e inconscientes para a aceitação da violência contínua contra o «outro»<sup>33</sup>. Não obstante, a conexão entre a insegurança ontológica e os processos de desumanização proposta neste artigo ainda carece de melhor desenvolvimento na literatura.

A segurança ontológica é definida como «o sentimento fundamental de segurança de uma pessoa no mundo e inclui uma confiança básica nas outras pessoas, necessária para que uma pessoa mantenha uma sensação de bem-estar psicológico e evite a ansiedade existencial»<sup>34</sup>. A noção de segurança ontológica assenta, portanto, nas relações entre o sujeito individual, o «outro» e o mundo, estando ligada ao próprio sentido de continuidade biográfica – uma autonarrativa consistente – que permite aos indivíduos satisfazerem as suas necessidades identitárias<sup>35</sup>. Por sua vez, a insegurança ontológica surge quando este sentido de continuidade é afetado de alguma forma, seja por falta de reconhecimento identitário, por ameaça de extermínio ou por um sentimento de necessidade constante de afirmar a legitimidade de um grupo identitário. Num contexto de conflito intergeracional, este sentimento de insegurança tem um forte impacto na relação subjetiva com o «outro», levando à construção de representações essencializadas dos membros do outro grupo, que se tornam uma fonte simbólica fundamental de ameaça para o ser. De acordo com Catherine Kinnvall, quando isto acontece, o processo

natural de alteridade envolve inconscientemente «[a transformação do] outro numa abjeção, à medida que a parte indesejada (essencializada) do eu é projetada no outro»<sup>36</sup>. Esta securitização da subjetividade cria uma sensação de certeza e de estabilidade associada à essencialização do «outro» como o inimigo, o malvado, uma fonte visível e tangível de ameaça e perigo, constituindo-se, portanto, numa forte barreira psicológica para a transformação do conflito.

Os processos de desumanização surgem desta situação, tornando-se um mecanismo de sobrevivência no contexto de um conflito prolongado, que permite continuamente um distanciamento do «eu» em relação ao outro abjeto. Segundo Herbert C. Kelman, a desumanização é aqui definida como o afastamento do «outro» da sua própria comunidade moral. Nas suas palavras, a desumanização é o ato «de privar de dignidade aqueles que são colocados na categoria de “outro”, negando a sua identidade e excluindo-os da sua própria comunidade moral, ou seja, da comunidade com cujos membros se partilha um sentido de obrigação moral mútua»<sup>37</sup>. Isto leva a que indivíduos ou sociedades inteiras sejam vistos como menos do que humanos por outros, num processo que se normaliza e é transmitido através de gerações devido às práticas educativas e ao enquadramento moral, tornando-se contraditoriamente num elemento-chave da segurança ontológica do «eu»<sup>38</sup>. Esta construção psicológica faz com que pareça legítimo exercer violência, humilhação e até mesmo extermínio contra o «outro», servindo tanto como mecanismo de sobrevivência ou adaptação (do original em inglês *coping mechanism*), como de justificação moral para a manutenção do conflito prolongado.

A principal consequência deste processo para os conflitos prolongados é que a construção da identidade e, mais especificamente, a sua dimensão negativa, a construção da representação do «outro», num contexto de insegurança ontológica grave e crescente, tende a criar a justificativa moral, intelectual e cognitiva para a emergência de processos de desumanização<sup>39</sup>. Estes dois elementos coconstitutivos interagem numa dinâmica de autorreforço que cria e retroalimenta o ciclo de prolongamento deste conflito. Como foi brevemente discutido na secção anterior, tanto a identidade nacional moderna israelita como a palestina foram fundadas num profundo sentimento de insegurança ontológica. Baseada nas memórias coletivas de um passado comum de perseguição, deslocação, preconceito e medo de extermínio, a formação da identidade judaica contemporânea, traduzida num projeto nacional, assenta fortemente na noção de que o Estado é a única fonte de segurança e proteção do grupo. A ideia de que o «nunca mais» só poderia acontecer num Estado próprio impregnou o imaginário judaico, criando um dos fenómenos mais surpreendentes e únicos em termos de construção da consciência – ou identidade – nacional moderna, em que a nacionalidade está simultaneamente ligada à pertença étnica e/ou religiosa e inclui potencialmente todos os membros da

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE JUDAICA CONTEMPORÂNEA ASSENTA FORTEMENTE NA NOÇÃO DE QUE O ESTADO É A ÚNICA FONTE DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DO GRUPO.

lita como a palestina foram fundadas num profundo sentimento de insegurança ontológica. Baseada nas memórias coletivas de um passado comum de perseguição, deslocação, preconceito e medo de extermínio, a formação da identidade judaica contemporânea, traduzida num projeto nacional, assenta fortemente na noção de que o Estado é a única fonte de segurança e proteção do grupo. A ideia de que o «nunca mais» só poderia acontecer num Estado próprio impregnou o imaginário judaico, criando um dos fenómenos mais surpreendentes e únicos em termos de construção da consciência – ou identidade – nacional moderna, em que a nacionalidade está simultaneamente ligada à pertença étnica e/ou religiosa e inclui potencialmente todos os membros da



comunidade global imaginada<sup>40</sup>, independentemente da sua ligação efetiva ao território (por outras palavras, sem a obrigação de residir em Israel).

Do mesmo modo, a construção da identidade nacional palestina tem sido marcada pela própria ideia de resistir a este «outro» visto como um agressor, o ocupante, ou, em outras palavras, uma fonte de ameaça contínua ao ser e às aspirações de autodeterminação do grupo identitário. Fundada num duplo processo de desidentificação do todo árabe, em busca da afirmação da sua própria singularidade, e da diferença do «outro» israelita, a identidade palestina não é fruto do conflito prolongado<sup>41</sup>. Registos históricos remontando ao fim do século XIX, ainda durante o período do Império Otomano, evidenciam a emergência de uma consciência nacional em termos modernos nas cidades de Jerusalém, Jaffa, Haifa, Nablus, Hebron, Nazareth e Gaza como consequência da relativa autonomia administrativa concedida pelo Império, o que propiciou um destacamento da identidade árabe, genericamente falando. Esta traduziu-se numa vontade por parte de elites políticas e económicas, relacionadas com a academia europeia e partilhando valores liberais da modernidade, do secularismo e do nacionalismo, de estabelecer um Estado palestino na região<sup>42</sup>. Contudo, este movimento de elites populariza-se e ganha acrescida expressão societal em reação ao estabelecimento do Movimento Sionista e, como argumentei no meu livro, ao próprio intervencionismo internacional, que também contribuiu para a desumanização do povo palestino através da reprodução das narrativas de apagamento e inexistência, seja através de políticas e discursos incoerentes com a realidade no terreno na altura, seja pelo falhanço em reconhecer a emergência deste grupo nacional e na insistência em enquadrá-lo como parte do todo árabe<sup>43</sup>. Conjuntamente com os eventos que espoletaram o que hoje é conhecido como a «contínua Nakba» (*ongoing Nakba*), este contexto contribuiu para o sentimento profundo de insegurança ontológica e ameaça ao ser do lado palestino.

Estes dois processos de construção identitária criam uma igual lógica em que a diferença em relação ao «outro» e a experiência histórica intersubjetiva traumática do encontro com essa outra identidade marcam fortemente as próprias definições e representações do «eu». Talvez mais importante, a negação do «outro» como forma de confirmação da existência do «eu» é um processo que não só decorre de inseguranças ontológicas, mas que cria profundos sentimentos de ansiedade associados à possibilidade de resolução do conflito, na medida em que as narrativas sobre o «eu» estão fortemente interligadas à disputa contra o «outro»<sup>44</sup>. Mais do que permitir a justificação da violência contra o «outro», aquilo a que Kelman chamou de «violência sem restrição moral»<sup>45</sup>, este facto impede também a transformação do conflito na medida em que o reconhecimento desta complexidade implica uma redefinição das narrativas, das perceções e das definições do próprio «eu» coletivo. Por outras palavras, a definição do «eu» neste contexto passa a estar fortemente relacionada com o conflito com o «outro», tornando a resolução de conflitos numa fonte de ansiedade para o ser, na medida em que implicaria uma transformação radical da forma como um grupo se define a si próprio fora do conflito e da

interdependência negativa entre as identidades, criando a necessidade de se desenvolver uma narrativa coerente renovada sobre a experiência coletiva de fazer parte do grupo. Em termos práticos, como será discutido na próxima seção, de forma muito maniqueísta, ambas as identidades se enraizaram fortemente em termos de binários simplistas como o bom e o mau, o certo e o errado, o justo e o imoral. Isto deixa pouco ou nenhum espaço para refletir sobre a forma como cada parte no conflito – obviamente sem desconsiderar a assimetria profunda de poder que também se reflete na desproporção do seu impacto em cada parte –, é simultaneamente vítima e perpetrador, oprimido e agressor, levando à aceitação generalizada de narrativas simplistas como «nós», os bons, contra «eles», os maus, os inimigos, que é a base da polarização. Este processo de insegurança ontológica que contribui para o desenvolvimento de processos de desumanização do «outro» é fundamental para compreender o conflito prolongado entre Israel e Palestina e, mais importante ainda, a atual guerra em Gaza iniciada em 2023, assim como as perspectivas e possibilidades de transformação positiva do conflito.

#### **AMEAÇA REGIONAL, DESORDEM GLOBAL:**

##### **A GUERRA EM GAZA EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO**

Faz pouco mais de um ano desde os ataques de 7 de outubro de 2023 perpetrados pelo Hamas em diversos kibbutzim na zona de fronteira com a Faixa de Gaza do lado israelita, tendo visado vilas e cidades fronteiriças, incluindo civis que estavam num festival de

OS ATAQUES DE 7 DE OUTUBRO FORAM O EPISÓDIO MAIS SANGRENTO DA HISTÓRIA DE ISRAEL DESDE O HOLOCAUSTO, GERANDO UMA ONDA DE CHOQUE, ÓDIO E MEDO NO PAÍS.

música, assim como mulheres e crianças, que foram mortos, violados, torturados ou feitos reféns naquele dia<sup>46</sup>. Os ataques de 7 de outubro foram o episódio mais sangrento da história de Israel desde o Holocausto, gerando uma onda de choque, ódio

e medo no país. Contudo, este evento espoletou uma reação desproporcional por parte do Estado de Israel, levando ao início de uma guerra já classificada por diversos especialistas em direito internacional como genocídio<sup>47</sup>, que interrompeu um longo período de normalização do conflito cotidiano, no qual não havia guerra, mas, também, não se podia falar de paz – sobretudo no que diz respeito à população palestina nos territórios ocupados, que têm sofrido desproporcionalmente com décadas de manutenção do *statu quo*. Depois de mais de um ano e de uma verdadeira terraplanagem da Faixa de Gaza<sup>48</sup>, evidenciada pela destruição de praticamente toda a infraestrutura civil, a guerra continua e até se tem intensificado. A crescente desordem regional verifica-se, também, pela abertura de uma nova frente por parte de Israel na fronteira norte com o Líbano contra o Hezbollah em setembro passado, e é agravada pelas incertezas derivadas da queda do regime de Bashar Al-Assad na Síria no início do mês de dezembro de 2024. Neste contexto, temos assistido a avanços israelitas preventivos sobre a zona tampão entre as colinas de Golã anexadas e o território sírio, assim como a bombar-

deamentos da infraestrutura militar e a depósitos de armas químicas que pertenciam ao antigo regime. Pese embora o recente avanço positivo decorrente do frágil e ainda instável cessar-fogo de sessenta dias entre Israel e o Hezbollah, até ao momento de escrita deste texto, todas as tentativas de cessar-fogo em Gaza desde novembro de 2023 falharam e o receio de uma escalada regional aparece ciclicamente todas as vezes que um envolvimento direto do Irão se torna possível<sup>49</sup>.

No momento da escrita deste artigo, mais de 44 500 pessoas foram dadas como mortas em Gaza devido à guerra, sendo quase 40% destas crianças. Pelo menos dez mil pessoas estão desaparecidas, provavelmente enterradas sobre os escombros<sup>50</sup>, o que indica que o número de vítimas será bastante superior ao atualmente considerado. No decurso de um ano de guerra, perto de cem mil pessoas foram feridas por ataques. Quase um quarto destas têm incapacidades que tenderão a afetar as suas vidas para sempre, estando privadas de suporte médico para reabilitação, de acordo com a Organização Mundial da Saúde<sup>51</sup>. Quase toda a população da Faixa de Gaza foi deslocada pelo menos uma vez, estando contida num território cercado que não lhes permite sequer a tentativa de fuga enquanto refugiados.

Nos meses que se sucederam ao 7 de outubro de 2023, quase toda a infraestrutura de suporte à vida em Gaza foi destruída, de hospitais a escolas, de prédios residenciais a sítios patrimoniais, com a ONU a estimar um período de mais de uma década como sendo necessário somente para a limpeza dos escombros<sup>52</sup>. Mas estes números apenas dizem respeito aos efeitos da violência direta decorrente da guerra<sup>53</sup>, sendo a situação humanitária de facto bastante mais preocupante. Só no último ano, 1,7 milhões de pessoas foram infetadas com doenças contagiosas devido à falta de saneamento básico, esgotos a céu aberto, e acesso inadequado à higiene, o que representa três quartos da população de Gaza estimada em cerca de 2,3 milhões de habitantes<sup>54</sup>. Os números da insegurança alimentar são considerados pela ONU catastróficos, com 96% da população de Gaza sem acesso adequado a alimentos<sup>55</sup> e uma situação descrita como apocalíptica na zona norte do enclave, na qual praticamente não entra ajuda humanitária há mais de um mês. Isto tudo acontece num contexto em que Israel banuiu as operações da agência da ONU para os refugiados palestinianos, a UNRWA, colocando em causa a manutenção do trabalho de apoio e distribuição de bens em todo o território ocupado e, inclusive, a própria existência da agência<sup>56</sup>.

Poder-se-ia certamente argumentar que estes números e estatísticas são consequências inevitáveis e não intencionais da guerra, frequentemente designados por baixas ou casualidades. No entanto, os discursos desumanizadores – uma característica histórica fundamental deste conflito – têm sido propagados abertamente desde o primeiro dia, quando o antigo ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, que foi demitido por Benjamin Netanyahu no dia das eleições norte-americanas, ordenou um «cerco total» contra a já sitiada Faixa de Gaza, afirmando que «não haverá eletricidade, nem comida, nem água, nem combustível, tudo estará fechado. Estamos a lutar contra animais

humanos»<sup>57</sup>. Embora a tendência para recorrer à desumanização possa ser psicologicamente explicada, ainda que nunca moralmente justificada, pelos massacres perpetrados pelo Hamas – que vitimaram mais de 1200 pessoas em Israel só nesse dia e levaram à subsequente tomada de reféns envolvendo 255 pessoas que foram levadas para Gaza, com um número incerto de cerca de cem pessoas ainda mantidas em cativeiro, como tem sido argumentado neste texto –, esta certamente não começou em outubro de 2023<sup>58</sup>. De facto, a violência cultural sob a forma de desumanização tem sido a principal dimensão que sustenta este conflito desde o seu início, quer se considere 1947 ou a criação do Movimento Sionista como marco fundador. No entanto, a incapacidade da comunidade internacional para compreender as causas profundas desta disputa, bem como os seus desenvolvimentos, é central para explicar a sua contínua incapacidade para o transformar e até mesmo os seus contributos involuntários e contraditórios para o aprofundar<sup>59</sup>.

Com base no quadro conceptual e teórico acima delineado, esta secção apresenta uma breve ilustração da forma como os processos de insegurança ontológica e de desumanização, que se reforçam mutuamente, têm fornecido uma narrativa de justificação moral tanto para o ataque de 7 de outubro perpetrado pelo Hamas como para a subsequente guerra israelita em Gaza. Embora esta parte se refira a exemplos não exaustivos das narrativas israelitas e palestinianas do ano passado que, com base nas dinâmicas analisadas até agora, serviram de justificação para exercer violência sem restrições morais contra o outro, é importante notar que qualquer tratamento assimétrico destes exemplos daqui para a frente resulta apenas do carácter profundamente

A POLARIZAÇÃO POLÍTICA TAMBÉM AFETA O CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO, PELO MENOS, DESDE A DERROCADA DO PROCESSO DE PAZ INICIADO NA DÉCADA DE 1990, E A POSTERIOR MORTE DO LÍDER HISTÓRICO DA CAUSA PALESTINIANA, YASSER ARAFAT.

desproporcional desta guerra, e do conflito como um todo. A investigação que se segue baseia-se em discursos políticos e mediáticos selecionados de ambos os lados no último ano de guerra e não se pretende exaustiva, sendo apenas uma ilustração de uma dinâmica fortemente estabelecida e, como discutido nas secções anteriores, com

raízes históricas que remontam às primeiras interações entre estes grupos identitários. Primeiramente, é importante referir que a polarização política, que em diversas zonas do globo tem contribuído para a atual desordem global, também afeta o conflito israelo-palestiniano, pelo menos, desde a derrocada do processo de paz iniciado na década de 1990, e a posterior morte do líder histórico da causa palestiniana, Yasser Arafat. A viragem para o século XXI ficou marcada por um contexto em que governos sucessivamente mais radicais têm sido eleitos em Israel, ao mesmo tempo que nos territórios ocupados observou-se a chegada de figuras extremistas ao poder, evidenciando um aprofundamento das tensões relacionadas com o conflito. O Hamas foi o vencedor, em 2006, das últimas e únicas eleições para a Autoridade Palestiniiana, criada nos Acordos

de Oslo como uma entidade transitória que se perpetuou no tempo devido ao falhanço do processo de paz e, conseqüentemente, de criação do Estado palestino. O movimento, que é classificado pela União Europeia (UE) e pelos Estados Unidos da América (EUA) como terrorista, controla a Faixa de Gaza como um protogoverno há mais de quinze anos, no seguimento do isolamento e contenção deste grupo por parte de Israel no território desde então sitiado. Neste contexto de cerco, controlo e falta de perspectivas, o Hamas é reconhecido por uma parcela relevante da sociedade palestina como um movimento legítimo de resistência armada à ocupação<sup>60</sup>.

No que diz respeito à desumanização enquanto sustentáculo das percepções de insegurança ontológica, o movimento Hamas tem mantido desde o seu documento fundacional um desígnio claro e explícito de extermínio de Israel, contribuindo para o reforço dos discursos de ameaça existencial proferidos por líderes do país. O autodenominado Movimento de Resistência Islâmica refere no artigo 12.º da sua Carta de 1988<sup>61</sup> que considera «o nacionalismo (*wataniyya*) como parte integrante da fé religiosa [e que nada] é mais elevado ou mais profundo no nacionalismo do que travar a *Jihad* contra o inimigo e enfrentá-lo quando ele põe os pés na terra dos muçulmanos». Este discurso polarizador desafia ativamente a existência do Estado de Israel, bem como nega a pertença do seu povo ao território no qual o seu Estado foi estabelecido há mais de setenta e cinco anos. Da mesma forma, rejeita a via política não apenas na prática, mas, também, em texto. No seu artigo 13.º afirma que

«as iniciativas [de paz], as chamadas soluções pacíficas e as conferências internacionais para resolver o problema palestino, são todas contrárias às crenças do Movimento de Resistência Islâmica. Porque renunciar a qualquer parte da Palestina significa renunciar a uma parte da religião. [...] Não há solução para o problema palestino a não ser a *Jihad*»<sup>62</sup>.

A vitória nas eleições de 2006, não reconhecida por Israel, pelos EUA e pelo seu maior opositor político, a Fatah de Arafat, foi, por um lado, resultado da moderação no discurso no contexto da publicação do seu manifesto eleitoral «Mudança e Reforma», e, por outro, o reflexo do descontentamento e da falta de esperança relacionados com décadas de desumanização, não reconhecimento e conflito prolongado.

O aprofundamento deste contexto, plasmado no longo período de normalização do conflito latente, beneficiou o lado mais forte desta disputa assimétrica levando a uma sensação de abandono por parte dos palestinos esquecidos<sup>63</sup>. As ações que se seguiram ao atentado terrorista de 7 de outubro demonstram por parte do movimento Hamas um aprofundamento da retórica e das ações desumanizadoras envolvendo as vítimas e os reféns, com comemorações nas ruas de Gaza e desfiles dos corpos inanimados de jovens retirados de Israel, que chocaram o mundo<sup>64</sup>. A retórica genocida do Hamas, expressa nas declarações do seu então líder Yahya Sinwar, entretanto assassinado pelo

exército israelita, inclui a glorificação da violência extrema contra o «outro» como ato heroico de libertação nacional e a defesa da destruição do Estado de Israel e da aniquilação do povo judeu<sup>65</sup>. Estas narrativas não apenas tendem a aprofundar o contexto de conflito, de polarização e da construção do inimigo, como, também, contribuem para a mobilização estratégica de discursos de ameaça existencial proferidos por líderes israelitas cuja perpetuação da guerra parece cada vez mais estar relacionada com a sua própria sobrevivência política.

Do lado israelita, um aspecto importante das narrativas que sustentam esta guerra está relacionado com a questão da moralidade. Desde o primeiro dia, as declarações sobre o direito de Israel a defender-se impregnaram fortemente o discurso internacional como um mantra, com impacto até no primeiro de muitos vetos dos EUA a um projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, posto à votação em 18 de outubro de 2023, que teria apelado a pausas humanitárias para prestar ajuda vital à população de Gaza. Segundo a embaixadora norte-americana Linda Thomas-Greenfield, o veto deveu-se ao facto de «esta resolução não mencionar o direito de autodefesa de Israel»<sup>66</sup>. Do mesmo modo, alguns palestinianos minimizaram o ataque terrorista liderado pelo Hamas contra israelitas, incluindo civis, idosos e crianças, bem como a violência sexual contra as mulheres, que foi considerada provada por um relatório de peritos das Nações Unidas<sup>67</sup>, com base no facto de se tratar de uma resistência violenta legítima à ocupação<sup>68</sup>.

Em 29 de dezembro de 2023, menos de três meses após o início dos ataques de retaliação israelitas contra Gaza e a sua população, a África do Sul apresentou uma queixa no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) contra Israel por violação da Convenção sobre o Genocídio de 1948. O caso ainda está a ser analisado, mas foram solicitadas medidas provisórias com base na urgência da situação, que exige uma ação imediata do Tribunal. Consequentemente, em 26 de janeiro de 2024, o TIJ emitiu um despacho inicial no qual foram compilados e analisados exemplos de linguagem e práticas desumanizadoras, servindo como uma fonte importante e fiável para o presente estudo. Referindo-se a declarações desumanizadoras proferidas por altos funcionários israelitas<sup>69</sup>, o Tribunal cita o ex-ministro da Defesa no seu discurso no dia seguinte ao 7 de Outubro às tropas israelitas na fronteira de Gaza, no qual afirmou que «libertei todas as restrições [...] Viram contra o que estamos a lutar. Estamos a lutar contra animais humanos [...]. Gaza não voltará a ser o que era antes [...]. Vamos eliminar tudo»<sup>70</sup>.

O mesmo documento fornece muitos outros exemplos em que as representações feitas dos palestinianos são essencializantes e estereotipadas, considerando-os todos cúmplices do Hamas ou merecedores de punição coletiva<sup>71</sup> e mesmo de extermínio. Estas representações vão desde a declaração do Presidente israelita Isaac Herzog, em 12 de outubro de 2023, segundo a qual «não é verdade esta retórica de que os civis não estão conscientes, não estão envolvidos. Não é absolutamente verdade. [...] E lutaremos até lhes quebrar a espinha dorsal», até ao post do ministro da Energia e das Infraestruturas

na rede social X, em 13 de outubro de 2023, dizendo que «não receberão uma gota de água ou uma única bateria até deixarem o mundo»<sup>72</sup>.

Do mesmo modo, o Tribunal Penal Internacional (TPI), que, ao contrário do TIJ, persegue indivíduos e não Estados, também iniciou um processo de discussão de um pedido de mandados de detenção apresentado pelo procurador Karim A. A. Khan contra várias personalidades acusadas de responsabilidade criminal por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos em/ou desde 7 de outubro de 2023. Entre elas contam-se o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e o seu então ministro da Defesa, Yoav Gallant, bem como os líderes do Hamas, Mohammed Diab Ibrahim Al-Masri (Deif), Ismail Haniyeh e Yahya Sinwar, todos eles já assassinados alegadamente por ações israelitas. Estes últimos foram acusados, entre outros, de assassinio, tomada de reféns, tortura, tratamento cruel no contexto do cativo e extermínio. De acordo com a declaração do procurador do TPI no dia 20 de maio de 2024, a investigação do seu gabinete concluiu que «os reféns levados de Israel foram mantidos em condições desumanas e que alguns foram sujeitos a violência sexual, incluindo violação, enquanto mantidos em cativo»<sup>73</sup>. Os primeiros foram acusados de matar civis à fome como método de guerra, de causar intencionalmente grandes sofrimentos e mortes, de dirigir intencionalmente ataques contra uma população civil, de extermínio e outros. Segundo o procurador, as provas recolhidas e analisadas «mostram que Israel privou intencional e sistematicamente a população civil em todas as partes de Gaza de meios indispensáveis à sobrevivência humana»<sup>74</sup>. Esta declaração foi simbolicamente importante na medida em que reconhece as ações desumanizadoras de ambas as partes, assim como rompe com o paradigma de longa data de tratar os Estados ou as figuras estatais de forma diferente dos atores não estatais cujas atitudes são, na realidade, as mesmas.

Pese embora essas dinâmicas se tenham mostrado centrais, a noção da guerra existencial é certamente a mais mobilizada pelas elites políticas israelitas. Isto é feito tanto no sentido de reforçar a dimensão supostamente moral da guerra em jeito de falta de opção, quanto para influenciar a opinião pública, através de um recurso frequente às memórias de perseguição judaica, do antisemitismo e do Holocausto como justificação para a necessidade da guerra. É importante referir que esta guerra tem falhado em todos os seus objetivos declarados, de trazer os reféns de volta para casa a exterminar o Hamas – uma improbabilidade cada vez mais clara face à eliminação de toda e qualquer esperança de vida e futuro da população de Gaza, que tenderá a radicalizar-se face ao sentimento de injustiça e abandono decorrente da situação calamitosa que estão a viver. Mais ainda, estas construções simbólicas e discursivas de guerra existencial, que não encontram correspondência na realidade objetiva da des-

ESTA GUERRA TEM FALHADO EM TODOS OS SEUS OBJETIVOS DECLARADOS, DE TRAZER OS REFÉNS DE VOLTA PARA CASA A EXTERMINAR O HAMAS – UMA IMPROBABILIDADE CADA VEZ MAIS CLARA FACE À ELIMINAÇÃO DE TODA E QUALQUER ESPERANÇA DE VIDA E FUTURO DA POPULAÇÃO DE GAZA.

proporcionalidade de capacidade militar de Israel face aos seus vizinhos, são utilizadas como forma de angariar apoio internacional. Esta estratégia de elites políticas, também elas em busca da sua própria sobrevivência<sup>75</sup>, em conjugação com uma ameaça constante de escalada regional todas as vezes que o apoio internacional foi colocado em causa por conta da ultrapassagem de linhas vermelhas, tem contribuído para que esta guerra seja um dos elementos de construção de uma nova desordem global.

A título de exemplo do que foi acima referido, podem-se considerar as diversas e repetidas declarações do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, a começar pelo dia 16 de outubro, no qual declarou no Knesset que «nós estamos numa nova guerra pela existência e futuro do nosso Estado»<sup>76</sup>. Dentre vários outros exemplos de como esta narrativa ganhou tração e se manteve ao longo do tempo, ainda em março deste ano, já depois do desmantelamento de quase toda a infraestrutura do território, o primeiro-ministro voltou a dizer que «nós estamos numa guerra existencial»<sup>77</sup>, numa tentativa de justificar o que viria a ser a incursão terrestre sobre o território. Esta mesma ideia foi repetida pelo embaixador de Israel aos EUA, Michael Herzog, que, no dia 4 de junho de 2024, descreveu o período de quase um ano de guerra como «uma batalha existencial pelo direito de autodefesa»<sup>78</sup>. Estas narrativas somaram-se a ações de enfrentamento direto em outros territórios, nomeadamente no território sírio a 13 de abril de 2024, no qual um ataque não reivindicado, mas nunca negado, contra um complexo diplomático iraniano levou a um medo real de escalada regional, assim como o ataque de 31 de julho contra o líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, na capital do país, Teerão, no contexto da posse do novo Presidente iraniano, um dos momentos mais tensos deste conflito desde então devido ao receio dos efeitos da retaliação iraniana. Todos estes ataques aconteceram em momentos posteriores a uma alteração discursiva por parte do maior aliado de Israel, os EUA, que declararam que as linhas vermelhas haviam sido ultrapassadas e que poderiam rever a política de apoio a Israel<sup>79</sup>. Contudo, estas ameaças nunca se concretizaram face ao receio de ameaça regional e possíveis consequências ao nível da desordem global, levando a um recuo da Casa Branca e de retorno à narrativa de apoio incondicional ao Estado de Israel, com expressão material plasmada no envio de efetivos, porta-aviões e aprovação de novos pacotes de apoio militar e financeiro como forma de dissuasão do Irão.


Embora os exemplos mencionados nesta secção não esgotem de forma alguma as muitas declarações e terríveis ações observadas apenas no ano que passou, contribuem para uma melhor compreensão do atual ciclo de violência e dos seus principais motores retóricos. Além disso, a historicização destes acontecimentos recentes, ancorada nas lentes analíticas da insegurança ontológica e da desumanização, permite uma compreensão mais ampla da forma como o passado se integra no presente e de que, por mais impressionante que seja, a guerra atual não representa uma rutura com o passado, mas a continuidade de um paradigma de violência cultural que permeia este conflito e cria a justificação moral, intelectual e cognitiva para a eclosão da violência direta.



## CONCLUSÃO: QUEBRAR O CICLO DE CONFLITUALIDADE

Em conclusão, este artigo iluminou a intrincada interação entre insegurança ontológica e desumanização no contexto da guerra em Gaza de 2023, revelando como estas dinâmicas contribuem para a perpetuação do conflito israelo-palestiniano e para a sustentação da guerra no último ano. Ao analisar os padrões históricos e os discursos contemporâneos, demonstrou-se que a construção da identidade enraizada na insegurança ontológica e nas representações binárias e polarizadoras do «outro» não só justifica como também reforça as narrativas desumanizadoras.

Este trabalho argumentou que a escalada da violência e as narrativas generalizadas que a rodeiam não podem ser compreendidas isoladamente; pelo contrário, são reflexos de lutas identitárias de longa data e de um ciclo de negação mútua. As estatísticas assustadoras das vítimas e das crises humanitárias em Gaza põem em evidência não só o custo humano imediato, mas também as implicações mais vastas de um conflito sustentado por uma incapacidade de reconhecer a humanidade do «outro». Em última análise, um futuro sustentável exige um compromisso coletivo de empatia, de reconhecimento, e uma compreensão mais profunda das forças históricas em jogo.

Como já argumentei em outros trabalhos<sup>80</sup>, para quebrar o ciclo de prolongamento do conflito é imperativo adotar uma abordagem diferenciada da construção da paz que transcenda os quadros simplistas de ação-reação. Isto requer um compromisso com a historicização que reconheça a complexidade das identidades e das narrativas de ambos os lados. Só através de um diálogo sustentado e de um esforço coletivo para humanizar o «outro» é que podemos esperar promover um caminho mais resiliente e equitativo para a paz. As lições retiradas desta análise realçam a necessidade de um envolvimento interdisciplinar, encorajando académicos, decisores políticos e profissionais a repensarem as suas estratégias na abordagem de conflitos profundamente enraizados. Desta forma, podemos aspirar a criar um futuro em que a compreensão e a empatia tenham precedência sobre a divisão e a hostilidade, contribuindo para a reorganização da atual desordem global. 

*Data de receção: 16 de novembro de 2024 | Data de aprovação: 15 de dezembro de 2024*

---

**Joana Ricarte** Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS2o) da Universidade de Coimbra; investigadora auxiliar convidada no Instituto de Investigação Interdisciplinar (iiiUC).

> Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS2o, Rua Filipe Simões, 33, 3000-186 Coimbra, Portugal | joanaricarte@uc.pt

**1** Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00460/2020.

**2** RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict: The Case of Israel and Palestine*. Cham: Palgrave MacMillan, 2023, p. 189.

**3** RICARTE, Joana – «Historical memory, cultural violence and conflict: the genealogy of dehumanization in Israel and Palestine». In BALSEMÃO PIRES, Edmundo; CARVALHO, Carlos A.; RICARTE, Joana – *Memory, Trauma and Narratives of the Self: An Interdisciplinary Approach*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024, pp. 225-243.

**4** Ver o site oficial da Missão de Israel à ONU em Genebra (MISSION OF ISRAEL TO THE UN IN GENEVA – «History of Israel: timeline of historical highlights»). Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://embassies.gov.il/UnGeneva/AboutIsrael/history/Pages/History-Israel-Timeline.aspx>, no qual se lê que «o local de nascimento do povo judeu é a Terra de Israel (Eretz Yisrael). Lá se desenrolou uma parte significativa da longa história da nação, cujos primeiros mil anos estão registados na Bíblia; lá se formou a sua identidade cultural, religiosa e nacional [...] mesmo depois de a maioria ter sido forçada ao exílio. [...] Com a criação do Estado de Israel em 1948, a independência judaica, perdida 2.000 anos antes, foi renovada». Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres da autora.

**5** HALPERN, Ben – *The Idea of the Jewish State*. Cambridge: Harvard University Press, 1969; PAPPÉ, Ilan – *The Forgotten Palestinians: A History of the Palestinians in Israel*. Yale: Yale University Press, 2013.

**6** KHALIDI, Rashid – «Historical landmarks in the hundred year's war on Palestine». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 47, N.º 2, 2017, pp. 6-17.

**7** RICARTE, Joana – «Historical memory, cultural violence and conflict...».

**8** RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*

**9** KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia – *Strategies for Research in Constructivist International Relations*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 2007; VUCETI, Srđjan – «Genealogy as a research tool in International Relations». In *Review of International Studies*. Vol. 37, N.º 3, 2010, pp. 1295-1312.

**10** SMITH, Anthony D. – *National Identity: Ethnonationalism in Comparative Perspective*. Londres: Penguin Books, 1991, pp. 28-30.

**11** Para o texto integral, ver «BALFOUR DECLARATION». United Nations – The

Question of Palestine. Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-193242/>.

**12** O relatório da Comissão Peel (julho de 1937) considerou mesmo que o aumento da violência na região era produto «dos anseios árabes de independência nacional» [o itálico é meu] e que «o seu ódio e receio do estabelecimento de um Lar Nacional Judaico foram as causas de base destas perturbações». Ver «PALESTINE ROYAL Commission (Peel Commission)». United Nations – The Question of Palestine. Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-196150/>.

**13** A origem exata desta frase é ainda um ponto em disputa. Alguns apontam para os escritores cristãos do século XIX [ver MUIR, Diana – «A land without a people for a people without a land». In *Middle East Quarterly*. Vol. 15, N.º 2, 2008, pp. 55-62], enquanto outros argumentam que esta foi institucionalizada como *slogan* do Movimento Sionista pelo poeta judeu Israel Zangwill em 1901 [ver SAID, Edward – *The End of the Peace Process: Oslo and After*. Nova Iorque: Vintage, 2003].

**14** MORRIS, Benny – *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. Yale: Yale University Press, 2009.

**15** Ver, por exemplo, a Carta do Hamas, de agosto de 1988, na qual se lê no seu artigo 12 que «o Hamas considera o nacionalismo [Wataniyya] como parte integrante da fé religiosa. Nada é mais elevado ou mais profundo no nacionalismo do que travar a Jihad contra o inimigo e enfrentá-lo quando ele põe os pés na terra dos muçulmanos» [disponível em LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry – *The Israel-Arab Reader: A Documentary History of the Middle East Conflict*. Londres: Penguin Books, 2008], ou as declarações de David Ben-Gurion, primeiro primeiro-ministro israelita a defender o deslocamento forçado de palestinianos e a destruição das suas casas e vilas durante o que ficou conhecido como «a Nakba», por considerar que estas ações eram necessárias para a construção de uma maioria judaica na região [FLAPAN, Simha – «The Palestinian exodus of 1948». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 16, N.º 4, 1987, pp. 3-26].

**16** Os momentos mais relevantes de conflito armado foram: a Primeira Guerra Árabe-Israelita de 1948-1949, ou a Guerra de Independência na perspetiva da historiografia judaica; a Crise de Suez de 1956, ou a Segunda Guerra Árabe-Israelita; a Guerra dos Seis Dias de 1967, também conhecida como a Terceira Guerra Árabe-Israelita; a Guerra do Yom Kippur de 1973, também designada Quarta Guerra Árabe-Israelita; a Guerra do Líbano de 1982, na qual foram perpetrados por Israel os massacres de Sabra e Shatilla

nos campos de refugiados palestinianos no sul do país, que contribuíram para a criação do movimento xiita Hezbollah; a Segunda Guerra do Líbano em 2006; a Guerra em Gaza de 2008-2009 e outras guerras mais contidas no tempo também contra o movimento Hamas na região em 2012, 2014 e 2021; e a atual Guerra em Gaza com início em outubro de 2023 e sem fim ainda à vista.

**17** RICARTE, Joana – «Historical memory, cultural violence and conflict...».

**18** Diversos autores nem sequer continuam a utilizar a nomenclatura «conflito» devido à assimetria gritante que coloca em causa a própria noção de existência de duas partes, preferindo o conceito de «colonialismo de assentamento» como sendo mais preciso na descrição da situação que se desenrola há mais de cem anos. Ver, por exemplo, KHALIDI, Rashid – *The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonialism and Resistance 1917-2017*. Londres: Picador, 2021; e ROUHANA, Nadim N. – «Memory and the return of history in a settler-colonial context». In *Interventions*. Vol. 21, N.º 4, 2019, pp. 527-550.

**19** Ver a carta de Yasser Arafat, líder histórico da OLP, a Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel na altura, datada de 1993 [«ISRAEL-PLO Recognition: exchange of letters between PM Rabin and Chairman Arafat». United Nations – The Question of Palestine. Consultado em: 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-205528/>].

**20** KHALIDI, Rashid – *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010.

**21** GLOVER, Jonathan – *Israelis and Palestinians: From the Cycle of Violence to the Conversation of Mankind*. Cambridge: Polity, 2024.

**22** ROUHANA, Nadim N.; BAR-TAL, Daniel – «Psychological dynamics of intractable ethnonational conflicts: the Israeli-Palestinian case». In *American Psychologist*. Vol. 53, N.º 7, 1998, pp. 761-770.

**23** PAPPÉ, Ilan – *A History of Modern Palestine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; FINKELSTEIN, Norman G. – *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*. Londres: Verso, 2003; SHLAIM, Avi – *Israel and Palestine: Reappraisals, Revisions, Refutations*. Londres: Verso, 2010.

**24** RICARTE, Joana – «The twenty-first century "No War, No Peace": from the Second Intifada to the stalemate of the protracted peace process». In RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*

**25** AZAR, Edward; JUREIDINI, Paul;

- MCLAURIN, Ronald – «Protracted social conflict: theory and practice in the Middle East». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 8, N.º 1, 1978, pp. 41-60; AZAR, Edward – *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*. Hampshire: Dartmouth, 1990.
- 26 Esta concepção foi por mim desenvolvida em outro trabalho [ver RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*, pp. 32-34] e não se pretende constituir num juízo de valores, sendo apenas uma forma de observar como a construção identitária é um duplo processo de identificação e desidentificação, correspondendo a primeira à dimensão positiva, «o que somos», e a segunda à dimensão negativa, «o que não somos».
- 27 KELMAN, Herbert C. – «The interdependence of Israeli and Palestinian national identities: the role of the other in existential conflicts». In *Journal of Social Issues*. Vol. 55, N.º 3, 2002, pp. 581-600.
- 28 RICARTE, Joana – «The twenty-first century "No War, No Peace" ...».
- 29 STRÖMBOM, Lisa – *Israeli Identity, Thick Recognition and Conflict Transformation*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013; SAND, Shlomo – *The Invention of the Jewish People*. Londres: Verso, 2010.
- 30 FINKELSTEIN, Norman G. – *The Holocaust Industry: Reflections on the Exploitation of Jewish Suffering*. Londres: Verso, 2015; KELMAN, Herbert C. – «Dignity and dehumanization: the impact of the Holocaust on the central themes of my work». In WINTERSTEINER, W.; GRAF, W. – *Resolving Deep-Rooted Conflicts. Essays on the Theory and Practice of Interactive Problem-solving*. Nova Iorque: Routledge, 2017; SUBOTIC, Jelena – «Political memory, ontological security, and the Holocaust remembrance in post-communist Europe». In KINNVALL, C.; MANNERS, I.; MITZEN, J. – *Ontological Insecurity in the European Union*. Londres: Routledge, 2020.
- 31 KHALIDI, Rashid – *Palestinian Identity...*; PAPPÉ, Ilan – *The Forgotten Palestinians...*
- 32 KELMAN, Herbert C. – «Reconciliation as identity change: a socio psychological perspective». In BAR-SIMAN-TOV, Yacov – *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Oxford: Oxford University Press, 2004; STRÖMBOM, Lisa – «Identity shifts and conflict transformation – probing the Israeli history debates». In *Mediterranean Politics*. Vol. 18, N.º 1, 2013, pp. 78-96; RUMELILI, Bahar – *Conflict Resolution and Ontological Security*. Oxon: Routledge, 2015; LUPOVICI, Amir – «Ontological security and the Israeli-Palestinian peace process: between unstable conflict and conflict in resolution». In RUMELILI, Bahar – *Conflict Resolution and Ontological Security*. Oxon: Routledge, 2015; LUPOVICI, Amir – «Ontological security and the continuation of the Arab-Israeli conflict». In BRAMSEN, Isabel; PÖDER, Poul; WAEVER, Ole – *Resolving International Conflict: Dynamics of Escalation, Continuation and Transformation*. Londres: Routledge, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315102009>.
- 33 KELMAN, Herbert C. – «Violence without moral restraint: reflections on the dehumanization of victims and victimizers». In *Journal of Social Issues*. Vol. 29, N.º 4, 1973, pp. 25-61; RICARTE, Joana – «Historical memory, cultural violence and conflict...».
- 34 GIDDENS, Anthony – *Modernity and Self-Identity*. Londres: Polity Press, 1991, p. 37.
- 35 LAIGN, R. D. – *The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness*. Londres: Penguin, 1960.
- 36 KINNVALL, Catherine – «Globalization and religious nationalism: self, identity, and the search for ontological security». In *Political Psychology*. Vol. 25, N.º 5, 2004, pp. 741-767.
- 37 KELMAN, Herbert C. – «Dignity and dehumanization...», p. 41.
- 38 OELOFSEN, Rianna – «De- and rehumanization in the wake of atrocities». In *South African Journal of Philosophy*. Vol. 28, N.º 2, 2009, pp. 178-188.
- 39 GALTUNG, Johan – «Violence, peace and peace research». In *Journal of Peace Research*. Vol. 63, N.º 3, 1969, pp. 167-191; GALTUNG, Johan; FISHER, Dietrich – *Johan Galtung, Pioneer of Peace Resarch*. Heidelberg: Springer, 2013, p. 12.
- 40 ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- 41 KHALIDI, Rashid – *Palestinian Identity...*
- 42 *Ibidem*, pp. 35-38.
- 43 RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*
- 44 RUMELILI, Bahar – *Conflict Resolution and Ontological Security*; LUPOVICI, Amir – «Ontological security and the Israeli-Palestinian peace process...».
- 45 KELMAN, Herbert C. – «Violence without moral restraint...».
- 46 SRS-G-SVC: OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT – «Mission report: official visit of the Office of the SRS-G-SVC to Israel and the occupied West Bank 29 January – 14 February 2024». 4 de março de 2024. Consultado em: 18 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2024/03/report/mission-report-official-visit-of-the-office-of-the-srsg-svc-to-israel-and-the-occupied-west-bank-29-january-14-february-2024/20240304-Israel-oWB-CRSV-report.pdf>.
- 47 «ANATOMY OF a genocide – Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Francesca Albanese [A/HRC/55/73] [Advance unedited version]». Reliefweb. 26 de março de 2024. Consultado em: 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/anatomy-genocide-report-special-rapporteur-situation-human-rights-palestinian-territories-occupied-1967-francesca-albanese-ahrc5573-advance-unedited-version>.
- 48 WORLD BANK, EUROPEAN UNION, UNITED NATIONS – *Gaza Strip – Interim Damage Assessment. Summary Note – March 29, 2024*. Consultado em: 16 de outubro de 2024. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/14e309cd34e04e40b90eb19afa7b5d15-0280012024/original/Gaza-Interim-Damage-Assessment-032924-Final.pdf>.
- 49 Ver UNITED NATIONS – «SG/SM/22425 Condemning Escalation of Middle East Conflict, Secretary-General Urges All Parties to Prevent All-Out-War, "Return to the Path of Diplomacy"». 26 de outubro de 2024. Consultado em: 4 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sgsm22425.doc.htm>.
- 50 MAAD, Assma – «Why the Gaza Health Ministry's death count is considered reliable». In *Le Monde*. 13 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2024/10/13/why-the-gaza-health-ministry-s-death-count-is-considered-reliable\\_6729264\\_8.html](https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2024/10/13/why-the-gaza-health-ministry-s-death-count-is-considered-reliable_6729264_8.html).
- 51 «WHO ANALYSIS highlights vast unmet rehabilitation needs in Gaza». World Health Organization. 12 de setembro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/12-09-2024-who-analysis-highlights-vast-unmet-rehabilitation-needs-in-gaza#:~:text=At%20least%20one%20quarter%20of,conflict%20in%20Gaza%3A%20Estimating%20Trauma>.
- 52 OCHA – UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS – «Humanitarian Situation Update #229 | Gaza Strip». 15 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-229-gaza-strip>.
- 53 GALTUNG, Johan – «Violence, peace and peace research».
- 54 BALKHY, Hanan – «Gaza cannot wait any longer». In *East Mediterranean Health Journal*. Vol. 30, N.º 4, 2024, pp. 253-254.
- 55 «GAZA STRIP: acute food insecurity situation for September – October 2024 and projection for November 2024 – April 2025». IPC: Integrated Food Security Phase Classification. 17 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1157985/?iso3=PSE>.

- 56** «ISRAEL SET to pass laws monday that will heavily restrict UNRWA in Gaza and West Bank». In *Times of Israel*. 25 de outubro de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israel-set-to-pass-laws-monday-that-will-heavily-restrict-unrwa-in-gaza-west-bank/>.
- 57** GALLANT, Yoav – «Israeli defense minister orders “complete siege” on Gaza». Al Jazeera English. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ReZEJPwM1k>.
- 58** Ver KELMAN, Herbert C. – «Violence without moral restraint...».
- 59** RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*; MAC GINTY, Roger – «No war, no peace: why so many peace processes fail to deliver peace». In *International Politics*. N.º 47, 2010, pp. 145-162.
- 60** Apesar do número limitado de fontes existentes que discutem a atual Guerra em Gaza, devido à proximidade temporal do evento, a utilização da nomenclatura de «terrorismo» já foi contestada com base na resistência palestina de longa data à ocupação e no direito internacionalmente reconhecido, por exemplo, na Resolução 3103 da Assembleia Geral da ONU, da legitimidade do uso da força em casos de luta anticolonial e dominação externa (ver, por exemplo, ZREIK, Raef – «War and self-defense: some reflections on the war on Gaza». In *Analyse & Kritik*. Vol. 46, N.º 1, 2024, pp. 191-213). No âmbito deste artigo, considera-se que sempre que o terror é aplicado para atingir objetivos políticos, incluindo o ataque a civis ou não combatentes, o rapto e a aplicação de táticas militares de punição coletiva como meio de coerção física e psicológica e de exercício de poder contra o outro, o terrorismo é aplicável como definição (ver LAQUEUR, Walter – *A History of Terrorism*. Nova Iorque: Routledge, 2010). No entanto, embora a maioria das definições de terrorismo considere apenas os atores não estatais como agentes do terror, este estudo segue aqueles que defendem que ações estatais semelhantes às referidas podem e devem também enquadrar-se nesta definição (ver JACKSON, Richard; MURPHY, Eamon; POYNTING, Scott, eds. – *Contemporary State Terrorism: Theory and Practice*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010).
- 61** LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry – *The Israel-Arab Reader...*, pp. 341-348.
- 62** *Ibidem*.
- 63** PAPPÉ, Ilan – *The Forgotten Palestinians...*
- 64** FENOGLIO, Jérôme – «October 7: a terrible day, a tragic year». In *Le Monde*. 6 de outubro de 2024. Consultado em: 8 de dezembro de 2024. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/06/october-7-a-terrible-day-a-tragic-year\\_6728385\\_23.html](https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/06/october-7-a-terrible-day-a-tragic-year_6728385_23.html).
- 65** HERSH, Jerry – «What Hamas leaders actually want – In their own words (part I)». In *The Times of Israel*. 30 de dezembro de 2023. Consultado em: 8 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://blogs.timesofisrael.com/what-hamas-leaders-actually-want-in-their-own-words-part-1/>.
- 66** «ISRAEL-GAZA crisis: US vetoes Security Council resolution». UN News. 18 de outubro de 2023. Consultado em: 18 de outubro de 2024. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/10/1142507>.
- 67** SRSQ-SVC: OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT – «Mission report...».
- 68** BARGHOUTI, Mariam – «On October 7, Gaza broke out of prison». Aljazeera. 14 de outubro de 2023. Consultado em: 19 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/14/on-october-7-gaza-broke-out-of-prison>.
- 69** O Tribunal Internacional de Justiça considerou plausíveis as acusações da África do Sul de que Israel estaria em violação da Convenção de Genebra sobre o Genocídio e, embora não tenha dado como provado, nesta instância, através dos discursos do Presidente de Israel, Isaac Herzon, do antigo ministro da Defesa, Yoav Gallant, e do atual, Israel Katz, considerou haver potencial de incitamento ao genocídio e possível intenção genocida. Ver GALAND, Alexandre Skander – «The ICJ’s findings on plausible genocide in Gaza and its implications for the International Criminal Court». *OpinioJuris*. 5 de abril de 2024. Consultado em: 13 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://opiniojuris.org/2024/04/05/the-icjs-findings-on-plausible-genocide-in-gaza-and-its-implications-for-the-international-criminal-court/>.
- 70** INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE – «Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the crime of genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)». 26 de janeiro de 2024, p. 17. Consultado em: 19 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20240126-ord-01-00-en.pdf>.
- 71** «ISRAEL: COLLECTIVE punishment against Palestinians». Human Rights Watch. 2 de fevereiro de 2023. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/02/02/israel-collective-punishment-against-palestinians>.
- 72** INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE – «Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the crime of genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)», p. 18.
- 73** «STATEMENT OF ICC Prosecutor Karim A.A. Khan KC: Applications for arrest warrants in the situation in the State of Palestine». Cour Pénale Internationale | International Criminal Court. 20 de maio de 2024. Consultado em: 16 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/news/statement-icc-prosecutor-karim-aa-khan-kc-applications-arrest-warrants-situation-state>.
- 74** *Ibidem*.
- 75** Convém lembrar que o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu tem sido julgado por corrupção, abuso de confiança e fraude e pode vir a ser condenado e preso. Estas acusações antecedem a Guerra em Gaza e levaram a um longo processo de tentativa de alteração do equilíbrio de poder entre o executivo e o judiciário em Israel por parte do Governo, o que ficou conhecido em Israel como «reforma ou golpe judicial». Acresce que não foram ainda apuradas responsabilidades pelos acontecimentos do 7 de Outubro de 2023 ou até mesmo pela condução da guerra, que tem levado ao desespero de diversas famílias que ainda não conhecem o paradeiro dos seus entes queridos, e ao que foi considerada uma má gestão da situação dos 60 mil cidadãos israelitas que tiveram de abandonar as suas casas na zona norte do país devido aos ataques do Hezbollah e que acusam o Governo de os terem deixado sem apoios e esquecidos por mais de um ano até à abertura de uma nova frente de guerra contra o Líbano.
- 76** «EXCERPT FROM PM Netanyahu’s remarks at the opening of the Knesset’s Winter Assembly 16-Oct-2023». Government of Israel – Ministry of Foreign Affairs. 16 de outubro de 2023. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/excerpt-from-pm-netanyahu-s-remarks-at-the-opening-of-the-knesset-s-winter-assembly-16-oct-2023>.
- 77** «NETANYAHU: “WE are in an existential war and Israel has to win”». In *Times of Israel*. 7 de março de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/live-blog-entry/netanyahu-we-are-in-an-existential-war-israel-has-to-win/>.
- 78** «ISRAEL HAMAS war live updates». In *The Jerusalem Post*. 4 de junho de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://m.jpost.com/israel-hamas-war/2024-06-04/live-updates-804906?page=2>.
- 79** Numa ligação telefónica de 4 de abril de 2024, na qual demandou a proteção de civis e trabalhadores humanitários em Gaza, Joe Biden deu um ultimato a Benjamin Netanyahu, ameaçando rever o apoio do país («BEHIND BIDEN’S Israel weapons pause: a defiant Netanyahu, a tense phase cal»). Reuters. 9 de maio de 2024. Consultado em: 19 de novembro de 2024. Disponível em: [https://www.reuters.com/world/behind-bidens-israel-weapons-pause-defiant-netanyahu-tense-phone-call-2024-05-09/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.reuters.com/world/behind-bidens-israel-weapons-pause-defiant-netanyahu-tense-phone-call-2024-05-09/?utm_source=chatgpt.com).
- 80** RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict...*

## BIBLIOGRAFIA

- «ANATOMY OF a genocide – Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Francesca Albanese [A/HRC/55/73] [Advance unedited version]». Reliefweb. 26 de março de 2024. Consultado em: 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/anatomy-genocide-report-special-rapporteur-situation-human-rights-palestinian-territories-occupied-1967-francesca-albanese-ahrc5573-advance-unedited-version>.
- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- AZAR, Edward – *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*. Hampshire: Dartmouth, 1990.
- AZAR, Edward; JUREIDINI, Paul; MCLAURIN, Ronald – «Protracted social conflict: theory and practice in the Middle East». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 8, N.º 1, 1978, pp. 41-60. DOI: <https://doi.org/10.2307/2536101>.
- «BALFOUR DECLARATION». United Nations – The Question of Palestine. Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-193242/>.
- BALKHY, Hanan – «Gaza cannot wait any longer». In *East Mediterranean Health Journal*. Vol. 30, N.º 4, 2024, pp. 253-254. DOI: <https://doi.org/10.26719/2024.30.4.253>.
- BARGHOUTI, Mariam – «On October 7, Gaza broke out of prison». Aljazeera. 14 de outubro de 2023. Consultado em: 19 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/14/on-october-7-gaza-broke-out-of-prison>.
- «BEHIND BIDEN'S Israel weapons pause: a defiant Netanyahu, a tense phase cal». Reuters. 9 de maio de 2024. Consultado em: 19 de novembro de 2024. Disponível em: [https://www.reuters.com/world/behind-bidens-israel-weapons-pause-defiant-netanyahu-tense-phone-call-2024-05-09/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.reuters.com/world/behind-bidens-israel-weapons-pause-defiant-netanyahu-tense-phone-call-2024-05-09/?utm_source=chatgpt.com).
- «EXCERPT FROM PM Netanyahu's remarks at the opening of the Knesset's Winter Assembly 16-Oct-2023». Government of Israel – Ministry of Foreign Affairs. 16 de outubro de 2023. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/excerpt-from-pm-netanyahu-s-remarks-at-the-opening-of-the-knesset-s-winter-assembly-16-oct-2023>.
- FENOGLIO, Jérôme – «October 7: a terrible day, a tragic year». In *Le Monde*. 6 de outubro de 2024. Consultado em: 8 de dezembro de 2024. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/06/october-7-a-terrible-day-a-tragic-year\\_6728385\\_23.html](https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/10/06/october-7-a-terrible-day-a-tragic-year_6728385_23.html).
- FINKELSTEIN, Norman G. – *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*. Londres: Verso, 2003.
- FINKELSTEIN, Norman G. – *The Holocaust Industry: Reflections on the Exploitation of Jewish Suffering*. Londres: Verso, 2015.
- FLAPAN, Simha – «The Palestinian exodus of 1948». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 16, N.º 4, 1987, pp. 3-26. DOI: <https://doi.org/10.2307/2536718>.
- GALAND, Alexandre Skander – «The ICJ's findings on plausible genocide in Gaza and its implications for the International Criminal Court». OpinioJuris. 5 de abril de 2024. Consultado em: 13 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://opiniojuris.org/2024/04/05/the-icjs-findings-on-plausible-genocide-in-gaza-and-its-implications-for-the-international-criminal-court/>.
- GALLANT, Yoav – «Israeli defense minister orders "complete siege" on Gaza». Al Jazeera English. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ReZEJ PwrM1k>.
- GALTUNG, Johan – «Violence, peace and peace research». In *Journal of Peace Research*. Vol. 63, N.º 3, 1969, pp. 167-191.
- GALTUNG, Johan; FISHER, Dietrich – *Johan Galtung, Pioneer of Peace Resarch*. Heidelberg: Springer, 2013.
- «GAZA STRIP: acute food insecurity situation for September – October 2024 and projection for November 2024 – April 2025». IPC: Integrated Food Security Phase Classification. 17 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1157985/?iso3=PSE>.
- GIDDENS, Anthony – *Modernity and Self-Identity*. Londres: Polity Press, 1991.
- GLOVER, Jonathan – *Israelis and Palestinians: From the Cycle of Violence to the Conversation of Mankind*. Cambridge: Polity, 2024.
- HALPERN, Ben – *The Idea of the Jewish State*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- HERSH, Jerry – «What Hamas leaders actually want – In their own words (part I)». In *The Times of Israel*. 30 de dezembro de 2023. Consultado em: 8 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://blogs.timesofisrael.com/what-hamas-leaders-actually-want-in-their-own-words-part-1/>.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE – «Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the crime of genocide in the Gaza Strip [South Africa v. Israel]». 26 de janeiro de 2024. Consultado em: 19 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20240126-ord-01-00-en.pdf>.
- «ISRAEL: COLLECTIVE punishment against Palestinians». Human Rights Watch. 2 de fevereiro de 2023. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/02/02/israel-collective-punishment-against-palestinians>.
- «ISRAEL-GAZA crisis: US vetoes Security Council resolution». UN News. 18 de outubro de 2023. Consultado em: 18 de outubro de 2024. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/10/1142507>.
- «ISRAEL HAMAS war live updates». In *The Jerusalem Post*. 4 de junho de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://m.jpost.com/israel-hamas-war/2024-06-04/live-updates-804906?page=2>.
- «ISRAEL-PLO Recognition: exchange of letters between PM Rabin and Chairman Arafat». United Nations – The Question of Palestine. Consultado em: 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-205528/>.
- «ISRAEL SET to pass laws monday that will heavily restrict UNRWA in Gaza and West Bank». In *Times of Israel*. 25 de outubro de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israel-set-to-pass-laws-monday-that-will-heavily-restrict-unrwa-in-gaza-west-bank/>.
- JACKSON, Richard; MURPHY, Eamon; POYNTING, Scott, eds. – *Contemporary State Terrorism: Theory and Practice*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010.
- KELMAN, Herbert C. – «Violence without moral restraint: reflections on the dehumanization of victims and victimizers». In *Journal of Social Issues*. Vol. 29, N.º 4, 1973, pp. 25-61. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1973.tb00102.x>.
- KELMAN, Herbert C. – «The interdependence of Israeli and Palestinian national identities: the role of the other in existential conflicts». In *Journal of Social Issues*. Vol. 55, N.º 3, 2002, pp. 581-600. DOI: <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00134>.
- KELMAN, Herbert C. – «Reconciliation as identity change: a socio psychological perspective». In BAR-SIMAN-TOV, Yacov – *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- KELMAN, Herbert C. – «Dignity and dehumanization: the impact of the Holocaust on the central themes of my work». In WINTERSTEINER, W.; GRAF, W. – *Resolving Deep-Rooted Conflicts. Essays on the Theory and Practice of Interactive Problem-solving*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

- KHALIDI, Rashid – *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010.
- KHALIDI, Rashid – «Historical landmarks in the hundred year's war on Palestine». In *Journal of Palestine Studies*. Vol. 47, N.º 2, 2017, pp. 6-17. DOI: <https://doi.org/10.1525/jps.2017.47.1.6>.
- KHALIDI, Rashid – *The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonialism and Resistance 1917-2017*. Londres: Picador, 2021.
- KINNVALL, Catherine – «Globalization and religious nationalism: self, identity, and the search for ontological security». In *Political Psychology*. Vol. 25, N.º 5, 2004, pp. 741-767.
- KLOTZ, Audie; LYNCH, Cecelia – *Strategies for Research in Constructivist International Relations*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 2007.
- LAIGN, R. D. – *The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness*. Londres: Penguin, 1960.
- LAQUEUR, Walter – *A History of Terrorism*. Nova Iorque: Routledge, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315083483>.
- LAQUEUR, Walter; RUBIN, Barry – *The Israel-Arab Reader: A Documentary History of the Middle East Conflict*. Londres: Penguin Books, 2008.
- LUPOVICI, Amir – «Ontological security and the Israeli-Palestinian peace process: between unstable conflict and conflict in resolution». In RUMELILI, Bahar – *Conflict Resolution and Ontological Security*. Oxon: Routledge, 2015.
- LUPOVICI, Amir – «Ontological security and the continuation of the Arab-Israeli conflict». In BRAMSEN, Isabel; PODER, Poul; WAEVER, Ole – *Resolving International Conflict: Dynamics of Escalation, Continuation and Transformation*. Londres: Routledge, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315102009>.
- MAAD, Assma – «Why the Gaza Health Ministry's death count is considered reliable». In *Le Monde*. 13 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2024/10/13/why-the-gaza-health-ministry-s-death-count-is-considered-reliable\\_6729264\\_8.html](https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2024/10/13/why-the-gaza-health-ministry-s-death-count-is-considered-reliable_6729264_8.html).
- MAC GINTY, Roger – «No war, no peace: why so many peace processes fail to deliver peace». In *International Politics*. N.º 47, 2010, pp. 145-162. DOI: <http://doi.org/10.1057/ip.2010.4>.
- MISSION OF ISRAEL TO THE UN IN GENEVA – «History of Israel: timeline of historical highlights». Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://embassies.gov.il/UnGeneva/AboutIsrael/history/Pages/History-Israel-Timeline.aspx>.
- MORRIS, Benny – *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. Yale: Yale University Press, 2009.
- MUIR, Diana – «A land without a people for a people without a land». In *Middle East Quarterly*. Vol. 15, N.º 2, 2008, pp. 55-62.
- «NETANYAHU: "WE are in an existential war and Israel has to win"». In *Times of Israel*. 7 de março de 2024. Consultado em: 18 de novembro de 2024. Disponível em: [https://www.timesofisrael.com/liveblog\\_entry/netanyahu-we-are-in-an-existential-war-israel-has-to-win/](https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/netanyahu-we-are-in-an-existential-war-israel-has-to-win/).
- OCHA – UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS – «Humanitarian Situation Update #229 | Gaza Strip». 15 de outubro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-229-gaza-strip>.
- OELOFSEN, Rianna – «De- and rehumanization in the wake of atrocities». In *South African Journal of Philosophy*. Vol. 28, N.º 2, 2009, pp. 178-188.
- «PALESTINE ROYAL Commission [Peel Commission]». United Nations – The Question of Palestine. Consultado em: 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/autos-insert-196150/>.
- PAPPÉ, Ilan – *A History of Modern Palestine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- PAPPÉ, Ilan – *The Forgotten Palestinians: A History of the Palestinians in Israel*. Yale: Yale University Press, 2013.
- RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict: The Case of Israel and Palestine*. Cham: Palgrave MacMillan, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-16567-2>.
- RICARTE, Joana – «The twenty-first century "No War, No Peace": from the Second Intifada to the stalemate of the protracted peace process». In RICARTE, Joana – *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict: The Case of Israel and Palestine*. Cham: Palgrave MacMillan, 2023. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-3-031-16567-2\\_7](https://doi.org/10.1007/978-3-031-16567-2_7).
- RICARTE, Joana – «Historical memory, cultural violence and conflict: the genealogy of dehumanization in Israel and Palestine». In BALSEMÃO PIRES, Edmundo; CARVALHO, Carlos A.; RICARTE, Joana – *Memory, Trauma and Narratives of the Self: An Interdisciplinary Approach*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024, pp. 225-243. DOI: <https://doi.org/10.4337/9781035337972.00017>.
- ROUHANA, Nadim N. – «Memory and the return of history in a settler-colonial context». In *Interventions*. Vol. 21, N.º 4, 2019, pp. 527-550. DOI: <http://doi.org/10.1080/1369801X.2019.1625190>.
- ROUHANA, Nadim N.; BAR-TAL, Daniel – «Psychological dynamics of intractable ethnonational conflicts: the Israeli-Palestinian case». In *American Psychologist*. Vol. 53, N.º 7, 1998, pp. 761-770. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.7.761>.
- RUMELILI, Bahar – *Conflict Resolution and Ontological Security*. Oxon: Routledge, 2015.
- SAID, Edward – *The End of the Peace Process: Oslo and After*. Nova Iorque: Vintage, 2003.
- SAND, Shlomo – *The Invention of the Jewish People*. Londres: Verso, 2010.
- SHLAIM, Avi – *Israel and Palestine: Reappraisals, Revisions, Refutations*. Londres: Verso, 2010.
- SMITH, Anthony D. – *National Identity: Ethnonationalism in Comparative Perspective*. Londres: Penguin Books, 1991.
- SRS-G-SVC: OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT – «Mission report: official visit of the Office of the SRS-G-SVC to Israel and the occupied West Bank 29 January – 14 February 2024». 4 de março de 2024. Consultado em: 18 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2024/03/report/mission-report-official-visit-of-the-office-of-the-srs-g-svc-to-israel-and-the-occupied-west-bank-29-january-14-february-2024/20240304-Israel-eWB-CRSV-report.pdf>.
- «STATEMENT OF ICC Prosecutor Karim A.A. Khan KC: Applications for arrest warrants in the situation in the State of Palestine». Cour Pénale Internationale | International Criminal Court. 20 de maio de 2024. Consultado em: 16 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/news/statement-icc-prosecutor-karim-aa-khan-kc-applications-arrest-warrants-situation-state>.
- STRÖMBOM, Lisa – «Identity shifts and conflict transformation – probing the Israeli history debates». In *Mediterranean Politics*. Vol. 18, N.º 1, 2013, pp. 78-96.
- STRÖMBOM, Lisa – *Israeli Identity, Thick Recognition and Conflict Transformation*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.
- SUBOTIC, Jelena – «Political memory, ontological security, and the Holocaust remembrance in post-communist Europe». In KINNVALL, C.; MANNERS, I.; MITZEN, J. – *Ontological Insecurity in the European Union*. Londres: Routledge, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429264375>.
- UNITED NATIONS – «SG/SM/22425 Condemning Escalation of Middle East Conflict, Secretary-General Urges All Parties to Prevent All-Out-War, "Return to the Path of Diplomacy"». 26 de outubro de 2024. Consultado em: 4 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sgsm22425.doc.htm>.

VUCETI, Srdjan – «Genealogy as a research tool in International Relations». In *Review of International Studies*. Vol. 37, N.º 3, 2010, pp. 1295-1312. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0260210510000938>.

«WHO ANALYSIS highlights vast unmet rehabilitation needs in Gaza». World Health Organization. 12 de setembro de 2024. Consultado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/12-09-2024-who-analysis-highlights-vast-unmet-rehabilitation-](https://www.who.int/news/item/12-09-2024-who-analysis-highlights-vast-unmet-rehabilitation-needs-in-gaza#:~:text=At%20least%20one%20quarter%20of,conflict%20in%20Gaza%3A%20Estimating%20Trauma)

[-needs-in-gaza#:~:text=At%20least%20one%20quarter%20of,conflict%20in%20Gaza%3A%20Estimating%20Trauma](https://www.who.int/news/item/12-09-2024-who-analysis-highlights-vast-unmet-rehabilitation-needs-in-gaza#:~:text=At%20least%20one%20quarter%20of,conflict%20in%20Gaza%3A%20Estimating%20Trauma).

WORLD BANK, EUROPEAN UNION, UNITED NATIONS – *Gaza Strip – Interim Damage Assessment. Summary Note – March 29, 2024*. Consultado em: 16 de outubro de 2024. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/14e309cd34e04e40b90eb19afa7b5d15-0280012024/original/Gaza-Interim-Damage-Assessment-032924-Final.pdf>.

ZREIK, Raef – «War and self-defense: some reflections on the war on Gaza». In *Analyse & Kritik*. Vol. 46, N.º 1, 2024, pp. 191-213. DOI: <https://doi.org/10.1515/auk-2024-2013>.